

RADAR TRABALHISTA



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 143 – 20/04 a 24/04/2020

Sumário

- ✘ Destaque da Semana
- ✘ Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- ✘ Notícias do Executivo
- ✘ Notícias do Ministério Público do Trabalho
- ✘ Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- ✘ eSocial
- ✘ Outras Notícias
- ✘ Atos Normativos
- ✘ Dados Estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

[Liminar determina que União cumpra regras sobre alteração de normas de saúde e segurança do trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/04/2020

A União Federal deverá observar regras técnicas para a alteração de normas de saúde e segurança do trabalho. É o que determina liminar da Justiça do Trabalho concedida em ação do Ministério Público do Trabalho nesta quinta-feira (22). A decisão também determina o pagamento de multa de R\$ 500 mil, por cada norma regulamentadora (NR) editada, revogada, revisada ou alterada, em desacordo com a Portaria MTb nº 1.224/2018, sem prejuízo de sua nulidade, com vigência da norma anterior.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Julgamento de liminar sobre mudanças em regras trabalhistas durante pandemia prossegue na próxima quarta \(29\)](#)

Supremo Tribunal Federal - 23/04/2020

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar nesta quinta-feira (23) referendos em liminar em sete Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) ajuizadas contra a Medida Provisória (MP) 927/2020, que autoriza empregadores a adotarem medidas excepcionais em razão do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus. O julgamento foi suspenso depois do voto do relator das ações, ministro Marco Aurélio, pela manutenção do indeferimento das liminares, por entender que não há na norma transgressão a preceito da Constituição Federal. O julgamento continuará na próxima quarta-feira (29).

[Supremo começa a julgar rito de tramitação de MPs no Congresso Nacional durante pandemia](#)

Supremo Tribunal Federal - 22/04/2020

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão realizada por videoconferência, iniciou nesta quarta-feira (22) o julgamento de referendo da medida cautelar deferida pelo ministro Alexandre de Moraes para autorizar que, durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus, Medidas Provisórias (MPs) sejam instruídas por sessão remota no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal mediante a emissão de parecer por parlamentar previamente designado, em substituição à Comissão Mista. O julgamento foi suspenso em razão de pedido de vista do presidente do STF, ministro Dias Toffoli. A liminar concedida pelo relator tem validade até a conclusão do julgamento pelo Plenário da Corte.

[Nova resolução prevê disponibilização da íntegra dos votos no portal do STF durante as sessões virtuais](#)

Supremo Tribunal Federal - 22/04/2020

A partir de maio, o sistema de julgamento em ambiente virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) será atualizado para permitir que o relatório e os votos dos ministros sejam disponibilizados no sítio eletrônico



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

do STF durante a sessão de julgamento virtual. O objetivo é dar maior transparência e publicidade ao procedimento e permitir que advogados, procuradores e defensores possam atuar nas sessões realizadas por meio eletrônico de forma semelhante à que fariam nas sessões presenciais. As alterações entram em vigor a partir da sessão virtual que se realiza de 8 a 14 de maio.

[Corregedoria-Geral regulamenta atos processuais e registro de audiências durante pandemia](#)

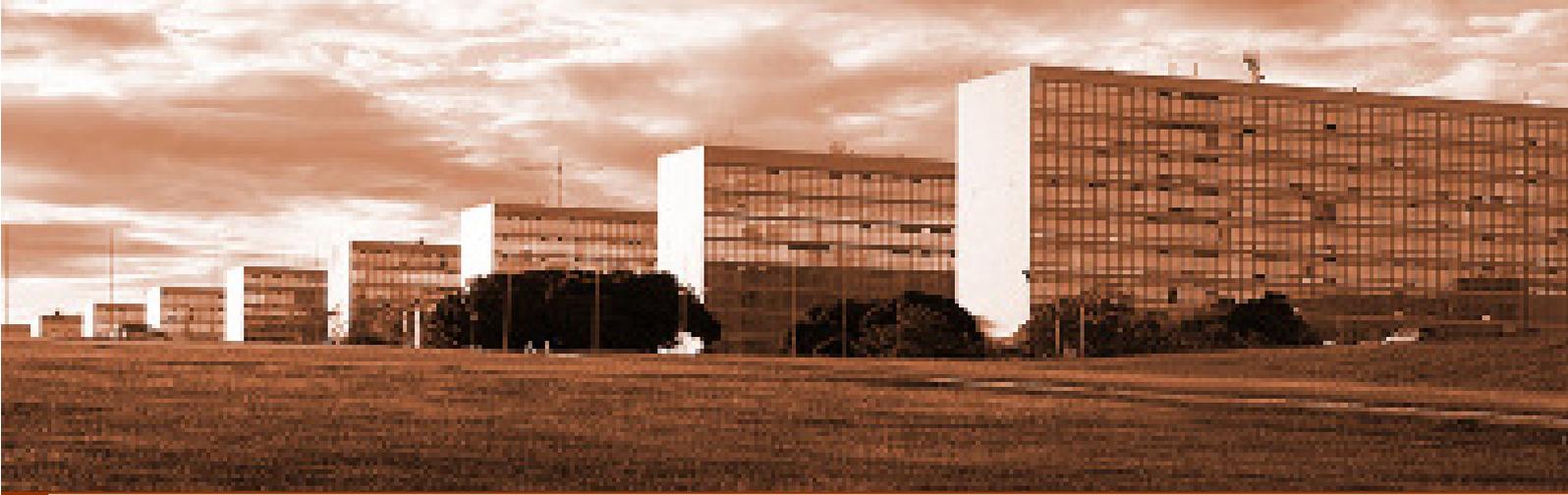
Tribunal Superior do Trabalho - 23/04/2020

O Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, editou nesta quinta-feira (23) o [Ato GCGJT 11/2020](#), que regulamenta os prazos processuais relativos a atos que demandem atividades presenciais, assim como a uniformização dos procedimentos para registro e armazenamento das audiências em áudio e vídeo no primeiro e segundo grau da Justiça do Trabalho. O ato leva em consideração a necessidade de adaptação do processo à realidade vivida durante a pandemia decorrente da Covid-19.

[Magistrados terão curso sobre relações trabalhistas em meio à pandemia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/04/2020

A Escola Nacional da Magistratura Trabalhista (Enamat) promoverá na próxima semana um Curso de Formação Continuada (CFC) com o tema “As relações de trabalho em meio à pandemia de Coronavírus”. A capacitação, voltada para magistrados, será realizada de 27 a 30/4, em formato virtual. A presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministra Maria Cristina Peduzzi, e a diretora da Enamat, ministra Dora Maria da Costa, farão a abertura do curso.



Notícias do Executivo

[Número de empregos preservados pelo BEm já pode ser consultado online](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 23/04/2020

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (Seprt) do Ministério da Economia disponibilizou o número de empregos preservados pelo Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), criado para enfrentar os efeitos econômicos da pandemia da covid-19. Os dados podem ser consultados por [meio deste site](#).

[Primeira parcela do 13º salário começa a ser depositada nesta sexta-feira](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 22/04/2020

Aposentados e pensionistas começam a receber a primeira parte do abono anual, conhecido como 13º salário, a partir desta sexta-feira (24/04). O depósito será realizado no período de 24 de abril a 8 de maio, conforme a Tabela de Pagamento 2020.

[INSS cria serviço para ajustar marcação de perícia médica](#)

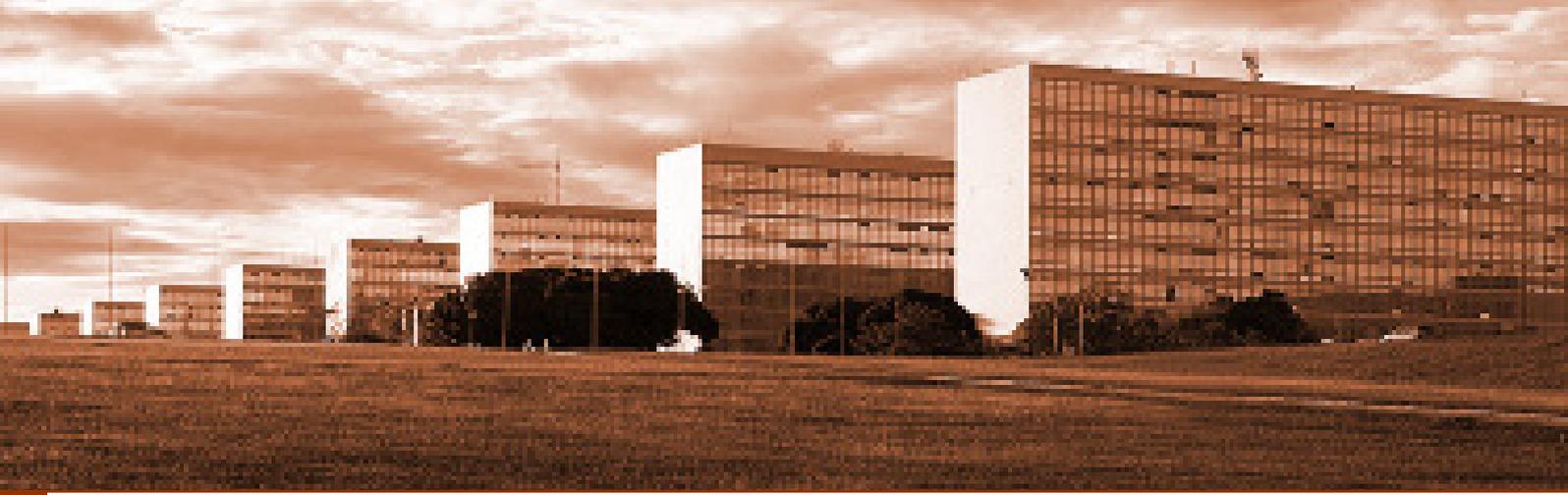
Ministério da Economia (Previdência) - 20/04/2020

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) criou um serviço para que os segurados façam ajustes na marcação de perícia médica. A [Portaria nº 104](#), publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (20), disciplina o serviço de crítica cadastral, referente à marcação de perícia inicial e à prorrogação em benefícios por incapacidade. É um ajuste técnico dos procedimentos internos que visam otimizar o atendimento dos segurados

[É possível cumprir exigências pelo Meu INSS](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 20/04/2020

Pelo Meu INSS (gov.br/meuinss ou aplicativo para celular), é possível cumprir exigências, ou seja, apresentar os documentos necessários para conclusão de um requerimento, e assim, dar andamento à análise do



Notícias do Executivo

do benefício. Os cidadãos são comunicados sobre as diversas exigências da solicitação pelo Meu INSS mesmo, e-mail ou por mensagem 'SMS'.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Negociação coletiva: trabalhadores devem ser consultados](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/04/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em São Paulo obteve no último dia 18 liminar na Justiça do Trabalho contra diversos sindicatos profissionais e patronais, após processar as entidades no último 16 de abril. A liminar, da 38ª Vara do Trabalho de São Paulo, determina que os sindicatos se abstenham de negociar novos termos aditivos sem prévia convocação de assembleia geral específica e negociação coletiva respectiva.

[MPT propõe proteção a pessoas com deficiência e menores de idade em nota técnica sobre a MP 936/2020](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/04/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) divulgou nesta quarta-feira (22) [nota técnica](#) com objetivo de propor melhorias à Medida Provisória nº 936/2020, que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. A MP foi editada pelo governo federal como forma de reduzir impactos socioeconômicos decorrentes da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e altera diversos pontos da legislação trabalhista.

[Nota técnica traz orientações sobre prevenção à violência e ao adoecimento mental de trabalhadores em isolamento social](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/04/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) divulgou na terça-feira (21) [nota técnica](#) para indicar as diretrizes de prevenção à violência e ao assédio no ambiente de trabalho bem como o adoecimento mental de trabalhadores diante das medidas de isolamento social adotadas para a contenção do novo coronavírus (Covid-19). A nota é destinada a empresas, pessoas físicas empregadoras, sindicatos e órgãos da administração pública.



Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT já instaurou mais de 1700 inquéritos civis para apurar irregularidades trabalhistas relativas à Covid-19](#)

Ministério Público do Trabalho - 20/04/2020

Desde o início da pandemia, as denúncias de violações trabalhistas relacionadas à Covid-19 têm dominado a pauta do Ministério Público do Trabalho (MPT). Das 18.422 denúncias recebidas pelo órgão neste período, metade delas (9077) são de irregularidades relativas ao novo coronavírus, segundo levantamento extraído às 10h desta segunda-feira, 20 de abril, do sistema MPT Digital.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Podcast do SINAIT sobre as alterações das Normas Reguladoras de SST já está no ar](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 23/04/2020

Já está no ar o [Podcast](#) do SINAIT sobre Alterações das Normas Reguladoras de Segurança e Saúde no Trabalho. Este é o terceiro de uma série de três episódios divulgados pelo SINAIT que abordam temas de interesse dos trabalhadores. Neste episódio a Auditora-Fiscal do Trabalho Aida Becker, referência nacional em SST, conversa com os diretores do Sindicato Nacional Ana Palmira Arruda Camargo e Vanius Corte a respeito das Normas, frequentemente questionadas pelo governo e pelo patronato, mas essenciais à proteção do trabalhador.

[Dupla visita às empresas não pode se tornar regra](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 23/04/2020

A dupla visita aos estabelecimentos empresariais, modalidade de fiscalização utilizada como exceção pelos Auditores-Fiscais do Trabalho, teria se tornado regra caso a MP fosse aprovada. Mesmo tendo sido revogada no dia 20 de abril, a Fiscalização do Trabalho continua em estado de alerta sobre esta e outras demandas que estavam no texto da MP, pois o governo declarou que pretende reeditar trechos da matéria que criava o Contrato Verde e Amarelo.

[Na atuação contra MP 905, SINAIT defendeu atribuição de embargar e interditar e TC com natureza de título extrajudicial](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 22/04/2020

Revogada nos últimos instantes do prazo de vigência, a Medida Provisória – MP 905/2020 embutia mais uma tentativa de retirar do Auditor-Fiscal do Trabalho a atribuição de embargar e interditar obras, atividades, setores, máquinas ou equipamentos em caso de grave e iminente risco aos trabalhadores. Contrariamente à decisão judicial existente que reconhece ser essa competência do Auditor-Fiscal, a MP a conferia à “autoridade máxima regional em Inspeção do Trabalho”, o que o SINAIT classifica como um retrocesso.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Em artigo, especialistas avaliam reedição da MP 905, ou parte dela, sob a luz da CF e da decisão do STF](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 22/04/2020

Em [artigo](#), o analista político e jornalista Antônio Augusto de Queiroz e o consultor legislativo do Senado Federal Luiz Alberto dos Santos afirmam que o presidente da República não pode editar nova Medida Provisória com o mesmo conteúdo da MP nº 905/2019, ou de parte dele. A MP foi revogada pela MP nº 955, em 20 de abril de 2020.



eSocial

Notícias do e-Social

[eSocial não aceitará contratos Verde e Amarelo com data de admissão a partir de 21/04](#)

Portal eSocial - 24/04/2020

A Medida Provisória nº 905/19, que instituiu o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, foi revogada pelo Presidente da República na última segunda-feira (20). Com a revogação, o eSocial foi ajustado para não permitir a inclusão de novos contratos de trabalho dessa modalidade (categorias 107 e 108) com datas de admissão a partir de 21 de abril de 2020.



Outras Notícias

[Juízes trabalhistas rejeitam flexibilizar legislação como se não houvesse pandemia, diz Gandra](#)

Consultor Jurídico - 26/04/2020

Uma pandemia com efeitos devastadores para economia, a possibilidade cada vez mais palpável de ver a Justiça inundada por pedidos de recuperação judicial e falência e uma massa de trabalhadores tendo de conviver com cortes de salário e desemprego. Diante desse cenário, vozes como a do ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, do Tribunal Superior do Trabalho, se tornam ainda mais relevantes para apontar caminhos que levam a resolução dos conflitos que certamente irão florescer no contexto atual.

[Ausência de recolhimento do INSS gera direito a indenização, diz TST](#)

Consultor Jurídico - 22/04/2020

Configura dano moral o não recolhimento de contribuição previdenciária que impede o funcionário de se aposentar. Com esse entendimento, a 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a proprietária da Fazenda Tarumã, em Mato Grosso do Sul, por não ter recolhido os impostos de um capataz.



Atos Normativos

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 955, DE 20 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 20/04/2020 Seção I Extra Pág. 01) - Revoga a Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e altera a legislação trabalhista;

[PORTARIA INSS Nº 104, DE 16 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 20/04/2020 Seção I Pág. 46) - Cria o serviço "Acertos para marcação de perícia médica", para tratar crítica sistêmica ou cadastral;

[CIRCULAR CEF Nº 900, DE 16 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 20/04/2020 Seção I Pág. 47) - Divulga a versão 10 do Manual de Orientações Regularidade do Empregador;

[MENSAGEM PR Nº 211, DE 22 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 23/04/2020 Seção I Pág. 11) - Nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 702, de 2020, que "Acrescenta dispositivos à Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, para, durante o período da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, dispensar o empregado da comprovação do motivo de quarentena, nos termos que especifica;

[DECRETO Nº 10.325, DE 22 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 23/04/2020 Seção I Pág. 11) - Institui o Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação;

[PORTARIA SEPRT Nº 10.486, DE 22 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 24/04/2020 Seção I Pág. 165) - Edita normas relativas ao processamento e pagamento do Benefício Emergencial de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020. (Processo nº 19964.103985/2020-16);

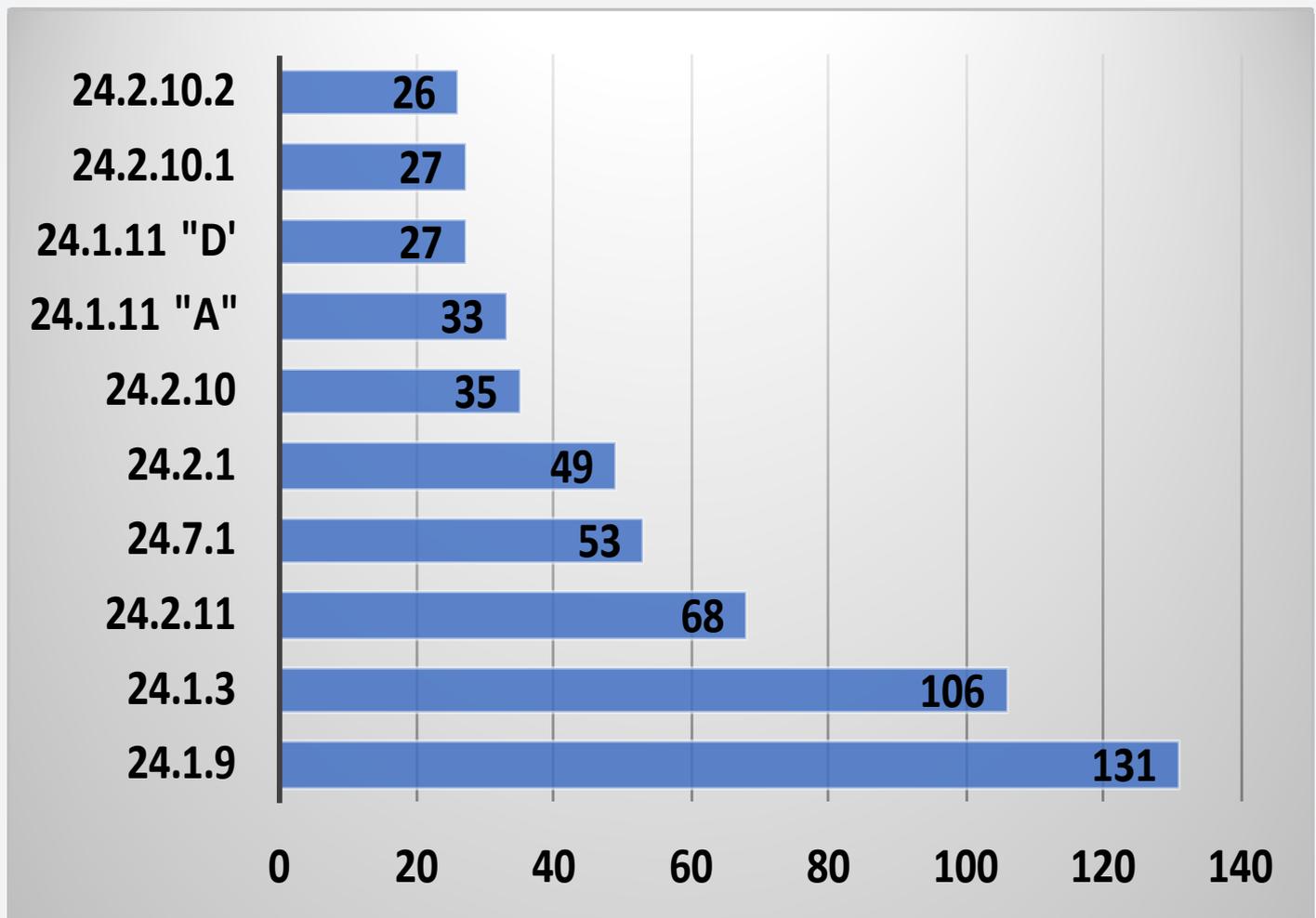
[PORTARIA INSS Nº 528, DE 22 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 24/04/2020 Seção I Pág. 176) - Altera a Portaria nº 450/PRES/INSS, de 3 de abril de 2020;

[CIRCULAR CEF Nº 901, DE 23 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 24/04/2020 Seção I Pág. 181) - Dispõe sobre a divulgação da versão 10 do Manual de Orientação ao Empregador - Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais;



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 24 (Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho) mais capitulados como “Notificado” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Dados estatísticos de Fiscalização

Notificação : É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações” , “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

24.1.9. O lavatório deverá ser provido de material para a limpeza, enxugo ou secagem das mãos, proibindo-se o uso de toalhas coletivas.

24.1.3. Os locais onde se encontrarem instalações sanitárias deverão ser submetidos a processo permanente de higienização, de sorte que sejam mantidos limpos e desprovidos de quaisquer odores, durante toda a jornada de trabalho.

24.2.11. Nas atividades e operações insalubres, bem como nas atividades incompatíveis com o asseio corporal, que exponham os empregados a poeiras e produtos graxos e oleosos, os armários serão de compartimentos duplos.

24.7.1. Em todos os locais de trabalho deverá ser fornecida aos trabalhadores água potável, em condições higiênicas, sendo proibido o uso de recipientes coletivos. Onde houver rede de abastecimento de água, deverão existir bebedouros de jato inclinado e guarda protetora, proibida sua instalação em pias ou lavatórios, e na proporção de 1 (um) bebedouro para cada 50 (cinquenta) empregados.

24.2.1. Em todos os estabelecimentos industriais e naqueles em que a atividade exija troca de roupas ou seja imposto o uso de uniforme ou guarda-pó, haverá local apropriado para vestiário dotado de armários individuais, observada a separação de sexos.

24.2.10. Os armários, de aço, madeira, ou outro material de limpeza, deverão ser essencialmente individuais.

24.1.11. Os banheiros, dotados de chuveiros, deverão:
a) ser mantidos em estado de conservação, asseio e higiene;

24.1.11. Os banheiros, dotados de chuveiros, deverão:
d) ter portas de acesso que impeçam o devassamento, ou ser construídos de modo a manter o resguardo conveniente;

24.2.10.1. Deverão possuir aberturas para ventilação ou portas teladas podendo também ser sobrepostos.

24.2.10.2. Deverão ser pintados com tintas laváveis, ou revestidos com fórmica, se for o caso.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico